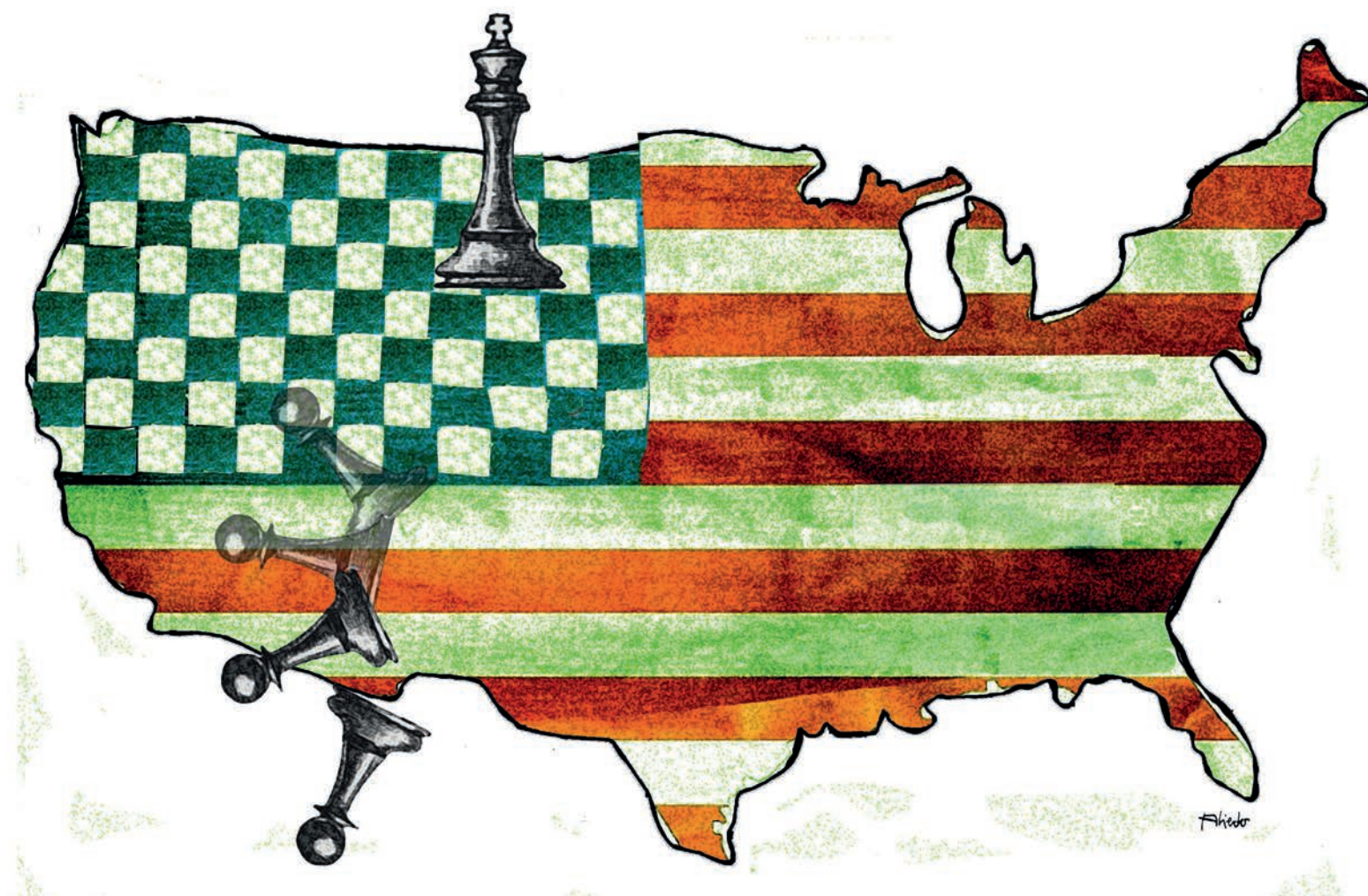


# Eleição nos EUA

Giorgio Romano Schutte, Raphael Padula, Marcelo Fernandes, Carlos Eduardo Martins, Esther Majerowicz, Marta Skinner, Ana Garcia e Débora Gaspar discutem os desdobramentos da eleição nos EUA na Economia, geopolítica e democracia mundiais



## Eleição dos EUA e democracia mundial

Se a eleição presidencial nos EUA é sempre importante, o pleito de 2020 assumiu relevância ainda maior, porque o resultado pode reforçar, ou enfraquecer, a onda mundial de extrema direita que assombra países como o Brasil.

Giorgio Romano, da UFABC, identifica uma disputa entre o establishment e o trumpismo. Os dois querem conter a ascensão da China. Trump promove uma disputa ideológica tipo guerra fria. Biden investiria nos aliados e instituições internacionais.

Raphael Padula, do IE/UFRJ, afirma que os objetivos estratégicos dos EUA com Trump ou Biden são os mesmos, o que difere é a tática. Biden adotaria o discurso multilateralista da democracia, direitos humanos e livre comércio, retomaria a TPP e TTIP e fortaleceria o Nafta.

Marcelo Fernandes, da UFRRJ, avalia que a principal estratégia eleitoral de Trump é dobrar a aposta contra a China. Ele está indo longe demais, o que torna o aceno pela paz mais difícil, mesmo com Biden.

Carlos Eduardo Martins, do LEHC/UFRJ, aponta que a eleição acontecerá num contexto de crise da hegemonia e democracia dos EUA. Biden retomaria o consenso universalista neoliberal estadunidense, sem desmontar a agressividade contra a China e Rússia. Imporia sua hegemonia sobre a América Latina com o controle da Venezuela, mas talvez termine o embargo a Cuba.

Esther Majerowicz, da UFRN, acredita que o eleito tentará conter a China nas tecnologias da informação e comunicação. Os semicondutores continuarão tendo o potencial de estrangulamento industrial chinês. Biden traria avanços, mas os EUA seguirão uma ameaça à democracia no mundo.

Marta Skinner, da Uerj, Ucam e Ibmecc, julga que a eleição confrontará o nacional protecionista Trump, que não iniciou nenhuma guerra explícita, e o liberal internacionalista Biden, que deve ter o apoio do alto establishment militar.

Ana Garcia e Débora Gaspar, da UFRRJ, ressaltam que recessão, protestos sociais e gestão desastrosa da pandemia tornam a disputa eleitoral mais complexa. Trump radicalizou o discurso contra a China e Biden adota o mesmo tom.

O artigo do Fórum examina os impactos das medidas para a contenção da Covid nas contas públicas do município e as despesas no combate à pandemia.

## Sumário

|                                                                                           |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Eleição EUA.....                                                                          | 3  |
| <b>O trumpismo e o establishment na política externa estadunidense</b>                    |    |
| <i>Giorgio Romano Schutte</i>                                                             |    |
| Eleição EUA.....                                                                          | 4  |
| <b>As eleições nos EUA, a disputa de poder global e o hemisfério ocidental</b>            |    |
| <i>Raphael Padula</i>                                                                     |    |
| Eleição EUA.....                                                                          | 6  |
| <b>A estratégia de confronto com a China</b>                                              |    |
| <i>Marcelo Fernandes</i>                                                                  |    |
| Eleição EUA.....                                                                          | 8  |
| <b>Os Estados Unidos, as eleições e a crise mundial</b>                                   |    |
| <i>Carlos Eduardo Martins</i>                                                             |    |
| Eleição EUA.....                                                                          | 10 |
| <b>As eleições nos EUA: a democracia burguesa entre a digitalização e a geopolítica</b>   |    |
| <i>Esther Majerowicz</i>                                                                  |    |
| Eleição EUA.....                                                                          | 12 |
| <b>As incertezas do contexto internacional</b>                                            |    |
| <i>Marta Skinner</i>                                                                      |    |
| Eleição EUA.....                                                                          | 13 |
| <b>O cenário eleitoral nos EUA e suas relações com a China: o que fica para o Brasil?</b> |    |
| <i>Débora Gaspar e Ana Garcia</i>                                                         |    |
| Fórum Popular do Orçamento .....                                                          | 14 |
| <b>O insuficiente enfrentamento carioca à pandemia</b>                                    |    |
| <b>Editais de convocação para eleições .....</b>                                          | 16 |

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, às segundas de 9h às 10h e de terça a sexta de 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 kHz ou na internet: [www.aepet.org.br](http://www.aepet.org.br).

**JE** Jornal dos  
**Economistas**

Órgão Oficial do CORECON - RJ  
E SINDECON - RJ  
Issn 1519-7387

**Conselho Editorial:** Sidney Pascountto da Rocha, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Marcelo Pereira Fernandes, Thiago Leone Mitidieri, José Antonio Lutterbach Soares, Wellington Leonardo da Silva, Paulo Sergio Souto, João Manoel Gonçalves Barbosa e José Ricardo de Moraes Lopes. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicação Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques ([rossana.henriques@gmail.com](mailto:rossana.henriques@gmail.com)). **Ilustração:** Aliedo. **Revisão:** Bruna Gama. **Fotolito e Impressão:** Edigráfica. **Tiragem:** 15.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** [imprensa@corecon-rj.org.br](mailto:imprensa@corecon-rj.org.br)

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

### CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro - RJ - Centro - Cep 20040-906  
Telefax: (21) 2103-0178 - Fax: (21) 2103-0106  
Correio eletrônico: [corecon-rj@corecon-rj.org.br](mailto:corecon-rj@corecon-rj.org.br)  
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

**Presidente:** Flávia Vinhaes Santos. **Vice-presidente:** Sidney Pascountto da Rocha. **Conselheiros Efetivos:** 1º TERÇO: (2020-2022) Arthur Camara Cardozo, Marcelo Pereira Fernandes, Sidney Pascountto da Rocha - 2º TERÇO: (2018-2020) Antônio dos Santos Magalhães, Flávia Vinhaes Santos, Jorge de Oliveira Camargo - 3º TERÇO: (2019-2021) Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Thiago Leone Mitidieri, José Antonio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2020-2022) Gustavo Souto de Noronha, João Hallack Neto, Regina Lúcia Gadioli dos Santos - 2º TERÇO: (2018-2020) André Luiz Rodrigues Osório, Gilberto Caputo Santos, Miguel Antônio Pinho Bruno - 3º TERÇO: (2019-2021) José Ricardo de Moraes Lopes, Cliciano do Couto Oliveira.

### SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 - salas 1607 a 1609 - Rio de Janeiro - RJ - Cep 20031-000. Tel.: (21) 2262-2535 Telefax: (21) 2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: [sindecon@sindecon.org.br](mailto:sindecon@sindecon.org.br)

### Mandato - 2017/2020

**Coordenação de Assuntos Institucionais:** Antonio Melki Júnior, Cesar Homero Fernandes Lopes, Sidney Pascountto da Rocha (Coordenador Geral) e Wellington Leonardo da Silva.

**Coordenação de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gilberto Caputo Santos, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes.

**Coordenação de Divulgação Administração e Finanças:** André Luiz Silva de Souza, Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach Soares e Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos.

**Conselho Fiscal:** Jorge de Oliveira Camargo, Luciano Amaral Pereira e Regina Lúcia Gadioli dos Santos.

# O trumpismo e o *establishment* na política externa estadunidense

Giorgio Romano Schutte\*

As eleições presidenciais nos EUA não devem ser vistas só como uma disputa entre republicanos e democratas, mas sobretudo entre o velho *establishment* e o trumpismo. Que fique claro que o governo Trump, embora juntando uma turma que se identifica como *outsider* e provocando desconforto às elites tradicionais, não rompeu com os interesses do poder econômico. Em sua gestão, o setor financeiro teve todo espaço para atuar. Os impostos sobre os lucros para as empresas foram reduzidos drasticamente. Desregulamentações, destacadamente na área ambiental, garantiram maior liberdade empresarial.

Não é fácil caracterizar o trumpismo, mas uma de suas características é a condução da coisa pública de forma muito personalizada, guiada por considerações de curto prazo. Olhando para as relações internacionais, parece que Trump se comporta como um *businessman*, seguindo uma estratégia de negociação que ele mesmo já descrevera em livro de esticar a corda ao máximo em busca do melhor resultado.

O observador desavisado pode até entender erroneamente que arrebentar a corda era o objetivo, e os eventuais acordos – para que isso não acontecesse – recuos, como na repactuação do acordo com o México ou na pressão para que os europeus aumentassem suas contribuições à Otan.

Um balanço dos quatro anos de Trump mostra que houve mui-

to latido e poucas mordidas, nada além de operações militares pontuais, com objetivo de demonstrar força, como no bombardeio de retaliação à Síria em 2018 e no assassinato do iraniano Qassem Soleimani no início de 2020.

Trump também utilizou seu estilo de negociação com as instituições de Estado de seu país, como o Departamento de Estado, Pentágono e CIA. Também nesses casos, recuos por parte do presidente foram frutos de um processo de *give-and-take*.

O que deixa o *establishment* das relações internacionais no Estado e academia preocupados são basicamente três coisas: a imprevisibilidade, a falta de uma estratégia de longo prazo e a aplicação indiscriminada da estratégia de esticar a corda ao máximo, seja com inimigos ou aliados.

Trump, na política como nos negócios, dá peso desmedido às relações pessoais. O que poderia explicar sua relação com Putin e como a sua natureza gera contradições na política estadunidense com a Rússia. Em mais de uma vez, Trump desacreditou ou relativizou acusações contra o governo Putin de instituições do *deep state*, em particular das agências de inteligência. Ao mesmo tempo, os EUA praticaram violenta política contra o acordo de fornecimento de gás entre a Rússia e a Alemanha, em torno de um novo gasoduto (*Nordstream II*). O uso dessas sanções parece ter como objetivo muito mais atingir e enquadrar a aliada Alemanha do que atacar a Rússia.

Enquanto Trump está preocupado em ocupar posições e mando em curto prazo, o *establishment*, nas eleições representado por Biden, adota estratégia de longo prazo para garantir a hegemonia e os privilégios estadunidenses. Em vários momentos, as políticas concretas dos dois podem coincidir, como aparenta ser em relação à China. Existe hoje nos EUA um consenso entre republicanos, democratas e grande parte da sociedade civil: conter a ascensão da China é essencial para manter a hegemonia dos EUA.

Assim, Trump tentou impor seu estilo de negociar à China, que, sob a liderança de Xi Jinping, pode até entrar no jogo de ganhos a curto prazo, mas tem objetivo de se tornar uma potência econômica, política e militar em longo prazo, com pleno desenvolvimento e autonomia tecnológica. O acordo comercial entre as duas nações, de janeiro de 2020, chamado de “Fase 1”, tinha tudo para não ter “Fase 2”. As questões de fundo relacionadas à disputa tecnológica eram mencionadas de forma vaga. O que interessava a Trump era apresentar um fato positivo em ano eleitoral.

A Covid-19 mudou o quadro completamente. O triunfo da geração de emprego e crescimento econômico foi por água abaixo. A aposta de politizar a política sanitária fugiu do controle, resultando em perda de popularidade. A chance de derrota na eleição tornou-se real. Ao mesmo tempo, a própria pandemia impossibilitou uma velha forma de desviar a

atenção da opinião pública: uma ação militar limitada para mostrar quem manda no mundo. Sobrou para Trump escolher a China para mostrar sua liderança. A tentativa de mostrar boas relações com Xi Jinping foi abandonada. Os elogios iniciais à política de contenção do vírus pela China deram lugar a acusações pesadas. O objetivo é ganhar as eleições. Não há nenhuma nova grande estratégia de como lidar com a China.

Trump deu amplo espaço aos radicais que desde sempre queriam ir além de uma disputa comercial, alcançando uma disputa ideológica, na qual Xi Jinping é comparado a Stalin. Todo o repertório da Guerra Fria foi mobilizado em tempo recorde. Os potenciais conflitos foram acentuados: a situação em Hong Kong, Xingjian, Mar do Sul da China, além de muita pressão sobre os aliados para marcar posição contra as empresas chinesas, a começar pela Huawei. Trump chegou a ameaçar a UE, em particular a Alemanha, com aumento de alíquotas de importação de carros para obrigar o bloco a seguir as políticas contra a China.

Aí reside a diferença entre o presidente e o *establishment*, ora representado pelo democrata. Um eventual governo Biden tentará, de início, repactuar sua relação com os aliados e investir nas instituições internacionais para isolar a China e reafirmar sua hegemonia.

\* É professor de Relações Internacionais e Economia da Universidade Federal do ABC (UFABC).



# As eleições nos EUA, a disputa de poder global e o hemisfério ocidental

Raphael Padula\*

A eleição presidencial na maior potência global e do hemisfério ocidental ocorrerá em novembro de 2020, tendo como principais candidatos Trump, que busca a reeleição, e o ex-vice presidente Biden. A possibilidade da vitória de um desses candidatos pode trazer à luz perguntas sobre as possíveis diferenças entre seus governos quanto à política externa e de segurança, especialmente na disputa com a China, em relação ao Brasil, e em seus impactos na geopolítica global. Não é possível prever o futuro na política internacional, mas é plausível fazer algumas especulações baseadas no passado, aproveitando para elucidar algumas questões que usualmente são entendidas de forma superficial.

Do ponto de vista da estratégia, podemos afirmar que não importa quem vencerá: os objetivos estratégicos dos EUA serão os mesmos, revelando uma continuidade em termos de política externa e de segurança, apoiada por grupos ou instituições que participam do debate político interno (como o Departamento de Estado), e sustentado no que é comumente chamado de *deep state*.

Tal estratégia, revelada em documentos estratégicos e apoiada na geopolítica clássica, busca, de forma mais ampla, manter a supremacia global unipolar e hemisférica dos EUA, manter o poder dividido e equilibrado na Eurásia, minar a possibilidade do surgi-

mento de potências regionais hostis em qualquer parte do globo, e controlar as passagens estratégicas por mares e oceanos. Isso implica, de forma objetiva: (1) não deixar que a Europa forme uma força militar independente da Otan (com presença dos EUA); (2) não deixar que a Rússia tome papel relevante equivalente ao da URSS no período da Guerra Fria; (3) fortalecer alianças e aliados na Ásia-Pacífico; (4) controlar territórios que sejam fontes ou rotas comerciais estratégicas de recursos energéticos, para negar acesso a rivais e manter poder de barganha sobre aliados; (4) manter sua presença militar no Oriente Médio, devido à sua importância energética; (5) promover acordos de livre comércio para garantir a supremacia das empresas estadunidenses; (6) manter as forças armadas dos países latino-americanos equipadas e focadas em temas de segurança interna, combatendo supostos inimigos internos, como o narcotráfico, ou, a partir da promoção da fragmentação política e social dos países, entre grupos políticos rivais. Como reflexo disso, que a proteção diante de ameaças externas à soberania territorial e sobre recursos naturais seja uma questão delegada às organizações internacionais capitaneadas pelos EUA, que atuam como “potência benevolente”.

Como pano de fundo, os EUA buscam sempre criar ou eleger ameaças que legitimem sua presença militar em áreas estratégi-

cas e altos orçamentos para o seu complexo industrial militar, fundamental para a liderança tecnológica no campo militar (para garantir a segurança nacional) e civil (para garantir o domínio de mercado e tecnologia de suas empresas). Nesse sentido praticam sua “guerra contra as drogas” na América Latina desde os anos 1980 e sua “guerra ao terror” no Oriente Médio, sempre com sucesso limitado e efeitos colaterais que geram novos grupos ameaçadores e justificam sua permanente atuação “benevolente”.

É na busca pela manutenção da sua posição superior no sistema internacional, ou de uma distribuição de poder mais concentrada e menos multipolar, que se enquadra a sua disputa em relação à China. Na verdade, desde os anos 1970 os EUA aceleraram a disputa pelo poder global, enquadrando rivais revelados e potenciais, o que o levou a “convidar” a China para participar desse jogo, resultando na ascensão chinesa no século XXI. Mais especificamente, essa disputa não deve ser encarada como econômica, pois envolve a liderança em tecnologias críticas para o poder militar, como o 5G e os semicondutores. A sua motivação central não está na disputa por mercados e por ganhos econômicos. Na Guerra Fria e hoje, o papel do Estado americano na construção e manutenção do seu complexo industrial-militar, fundamental para a sua liderança tecnológica militar e civil, tem motivações es-

sencialmente de segurança nacional, embora também proporcione efeitos econômicos favoráveis. Esse modelo vem sendo copiado pela China para avançar em tecnologias críticas, pelo menos desde os anos 1980, e está presente no *Ma-de in China 2025*. Assim, embora a China possua um discurso de ascensão global pacífica, seu avanço tecnológico, crescimento econômico e sobretudo o seu poder militar inevitavelmente desafiam os interesses dos EUA, já que ameacem sua liderança e a distribuição de poder militar e econômico unipolar – embora os EUA ainda mantenham de longe o maior poder militar-naval e monetário-financeiro.

Portanto, como argumenta John Mearsheimer, a China não pode ascender pacificamente e a colisão é inevitável. Por um lado, a projeção chinesa alcançou o hemisfério ocidental, o perímetro de segurança dos EUA, resultando inclusive em uma presença econômica e militar marcante na Venezuela, certamente para impor custos aos EUA. Por outro lado, os EUA atuam no entorno estratégico chinês: aceleraram uma escalada de provocações militares durante a atual pandemia, no Mar do Sul da China, por exemplo, favorecendo movimentos fragmentários “pró-democracia” em Taiwan, e aceleraram a batalha narrativa com a distribuição massiva de mensagens (falsas ou não) que buscam deteriorar a imagem da China. Esse quadro fez a Chi-

na passar a se pronunciar de forma mais assertiva na sua política externa. Essas constatações nos levam a concluir que a rivalidade seguirá se acelerando.

E é nesse sentido que os EUA seguirão manejando, construindo e desconstruindo, desrespeitando ou buscando dar um caráter universal, de acordo com seus interesses nacionais, às organizações e instituições internacionais. Isso vale também para valores como democracia, meio ambiente, direitos humanos, por exemplo.

A diferença entre Trump e Biden, ou entre republicanos neoconservadores e democratas, se dá em termos de tática, discursos ou instrumentos utilizados para se alcançar os mesmos objetivos estratégicos.

Biden deve retomar uma atuação mais sutil, com o discurso multilateralista baseado em valores supostamente universais dos democratas, a serem perseguidos em organizações internacionais supostamente neutras e através de parcerias lideradas pelos EUA. O discurso da promoção da democracia, dos direitos humanos e das liberdades foi amplamente utilizado por Clinton e Obama, e posto na ONU e na OEA. No governo Clinton, resultou em uma série de intervenções militares nos anos 1990. Com Obama, iniciaram-se os golpes em países sul-americanos, começando pelo Paraguai em 2012 (sendo os EUA o primeiro a reconhecer a legitimidade do novo presidente), aumentando das pressões à Venezuela a partir de 2014 (inclusive com “ajuda à democracia” via Usaid), e tendo como ápice o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff em 2016, posterior às revelações de espionagem e escândalos de corrupção na Pe-

trobras e na presidência praticados pelos EUA. Mas isso também passou por um envolvimento direto e fortalecimento do Estado Islâmico na Síria e no Oriente Médio, e em ambos governos pela promoção de mudanças de governo no leste europeu, sendo Obama o presidente que mais tempo ficou em guerra na história dos EUA (dois mandatos completos). Lembrando que Obama clamava por um acordo sobre o clima, mas não firmou qualquer acordo na Cúpula do Clima e defendeu que os EUA não poderiam pagar uma fatura maior sobre o tema.

Os democratas possuem maior atenção quanto à América Latina, enquanto os republicanos costumam ser mais reticentes. O discurso da promoção do livre comércio, para garantir acesso a mercados e investimentos para as empresas transnacionais estadunidenses também deve ser retomado, favorecendo também sua supremacia militar-tecnológica, visto que as indústrias militares demandam altas tecnologias. Biden deve retomar a Parceria Transpácífica (TPP, na sigla em inglês, envolvendo Chile, Peru e México) e a Parceria Transatlântica (TTIP), além do fortalecimento do Nafta, promovendo acordos que garantem vantagens ainda maiores que as negociadas na OMC ou pelo Acordo Trips<sup>1</sup>. Ao mesmo tempo, os EUA se manterão protecionistas e utilizando seu complexo industrial-militar como o maior instrumento de política tecnológica do mundo. Na administração Obama, o foco passou a ser a Ásia-Pacífico, identificando a ascensão chinesa como potencial ameaça, mas também apontando a importância da aproximação entre China, Rússia, Índia e Brasil (Brics),

na busca por uma distribuição de poder mais multipolar, o que desafia os interesses dos EUA. Os documentos estratégicos do governo Obama previam a necessidade de os EUA estarem preparados para lutar guerras em mais de duas frentes, e se prepararem para as guerras futuras. Por outro lado, a TPP e a TTIP juntas buscaram enquadrar a ascensão da China e regional do Brasil, assim como seus arranjos regionais – a Unasul, a OCX e principalmente o Brics.

Já Trump segue um discurso unilateralista, de desprezo às organizações e instituições internacionais, baseado na força dos EUA como grande potência global, característica do *neocons*. Nessa visão, o multilateralismo representa um sinal de fraqueza. Uma particularidade em relação aos governos republicanos anteriores é que Trump trouxe uma retórica explicitamente nacionalista econômica, inclusive em relação ao Nafta e à TPP (abandonando-a). Para ele, o livre comércio leva as empresas e empregos estadunidenses para o exterior, enfraquecendo o poder econômico dos EUA, e seu poder político, mas busca acordos bilaterais vantajosos para os EUA. Trump mantém o foco na China como principal rival nesse sentido. Mas o mais particular é que Trump se enquadra dentro de uma onda global de ascensão da extrema direita que possui como características, entre outras, a negação explícita de valores universais, da ciência, da ética e da cooperação internacional, apoiados numa rede de manipulação e disseminação massiva de informações (verdadeiras e principalmente falsas), através de novas tecnologias da informação e redes sociais, e apoiando-se em um banco de in-

formações e em técnicas de engenharia psicossociais que tem como grande figura Steve Bannon. A (re)eleição de Trump fortalece essa onda no Brasil e na América do Sul, sobretudo através da utilização de instrumentos de processamento e disseminação de informação. Trump também colocou nos documentos de segurança dos EUA a agenda de apoio global ao combate à corrupção, um valor que pode ser manipulado de forma favorável frente a governos não alinhados. A atuação mais explícita de Trump também poder levar a aglutinar um forte movimento contestatório antiEUA e antidireita, mas também a “legitimar” e fortalecer movimentos favoráveis de extrema direita. Não é possível prever algo preciso ou quais das forças prevalecerá.

De toda forma, após 2016, o Brasil apresentou uma ausência de qualquer protagonismo regional sul-americano e um alinhamento aos EUA, seguindo seus aliados no desmonte da Unasul e em novas iniciativas subordinadas aos interesses dos EUA. Nesse sentido, a continuar e se aprofundar essa escolha de política externa por parte do Brasil, seus resultados são os piores possíveis, independente do resultado das eleições nos EUA, assistindo à projeção de potências externas para o seu entorno estratégico e perdendo qualquer poder de barganha na disputa entre EUA e aliança sino-russa pelo poder global.

\* É coordenador e professor associado da pós-graduação em Economia Política Internacional do IE/UFRJ.

1 Acordo Sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio.

# A estratégia de confronto com a China

Marcelo Fernandes\*

*“Não preciso explicar o motivo pelo qual falo certas coisas. Isso é o mais interessante sobre ser presidente”* - George W. Bush

*“Eu vi que o desinfetante dá um no-caute (no coronavírus) em um minuto. Um minuto. Talvez seja possível, talvez não seja. Eu não sou médico.”* - Donald Trump, preocupado em achar uma cura para a Covid-19

Vários observadores se surpreenderam com a vitória de Donald Trump na disputa presidencial de 2016. Mesmo considerando que ele ficou em segundo lugar na disputa com Hillary Clinton, tendo vencido pelas particularidades dos sistema eleitoral norte-americano, a chegada de alguém tão obtuso e despreparado para o cargo máximo da nação mais poderosa do mundo significou quase um divisor de águas na história dos Estados Unidos. Não que pela Casa Branca já não tivessem passado presidentes intelectualmente despreparados para o cargo, basta lembrar de Harry Truman, que assumiu a presidência após o falecimento de Roosevelt, e George W. Bush, mais recentemente. Mas alguém da laia de Trump realmente causou perplexidade.

Assim, Trump iniciou seu mandato cumprindo o que prometeu em campanha. Buscou alterar a dinâmica do comércio com os países asiáticos, em particular com a China, acusada de concorrência desleal e com quem apresentou um déficit comercial de US\$ 347 bilhões em 2016. Críticas contundentes ao “globalismo” – sabe-se lá o que isso significa –

e a favor do “americanismo”; rejeição ao livre comércio, com ameaças de imposição de tarifas; ataque a instituições multilaterais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC); intimidações diretas a países considerados inimigos, como Cuba, Venezuela e República Popular da Coréia, e desavenças até mesmo com países aliados, como o Canadá. A retórica de recuperar a indústria norte-americana e de salvaguardar o emprego dos trabalhadores norte-americanos contra imigrantes ilegais agrada parte considerável do eleitorado norte-americano. Porém, esta forma ostensiva de demonstrar seu poder imperial traz consequências negativas para a liderança mundial dos Estados Unidos. Por isso, Batista Júnior (2020) considera que a ascensão de Trump significou um choque na hegemonia dos Estados Unidos.

De todo modo, Trump iniciou o ano de forma tranquila e como favorito para as eleições de novembro. A economia caminhava bem e a ideia do *American First* parecia estar funcionando. Mas a pandemia do novo coronavírus provocou uma mudança radical nesse cenário. Inicialmente houve subestimação da capacidade de propagação da doença além das fronteiras da Ásia e um leve regozijo pelo coronavírus ter aparecido na China. Em matéria de 8 de fevereiro de 2020, o *New York Times* perguntava, “Onde está Xi?”, mal disfarçando a torcida pela desestabilização política que a Covid-19 poderia provocar na China e as repercussões em Hong Kong, que passava por uma onda de protestos. Entretanto, sob a liderança

de Xi Jinping, as medidas de isolamento radical impostas na província de Wuhan – onde o vírus foi detectado pela primeira vez – conseguiram conter a disseminação da doença. E em 12 de março de 2020, o governo anunciou que o pico da doença havia sido superado, impedindo que a Covid-19 se disseminasse para outras províncias importantes. Com isso, a China vem retomando seu crescimento de forma surpreendente: após uma queda de 6,8% no primeiro trimestre, o país cresceu 11,5% no segundo trimestre e 3,2% em relação ao mesmo período de 2019.

Inicialmente, a resposta das autoridades norte-americanas ao novo coronavírus foi negacionista. Como parte do Ocidente também minimizou o problema, é possível que o sucesso da China em controlar a doença tenha ofuscado a gravidade da situação. Em pouco tempo, o número de infectados disparou, tornando o país no epicentro da pandemia. Apesar disso, Trump continuou subestimando a doença e não adotou o confinamento drástico, presumindo que isso prejudicaria a economia e, consequentemente, sua reeleição. E, sem amparo em estudos científicos, incentivou o uso da hidroxicloroquina, o que depois se mostrou ineficaz como tratamento da Covid-19.

Com isso, as eleições em novembro ocorrerão sob condições de crise econômica muito graves, diretamente decorrentes da pandemia. No segundo trimestre de 2020, os Estados Unidos experimentaram uma queda do PIB de 32,9%, a maior da sua história. A queda recorde do PIB, somada ao maior número de infectados e



mortes pela Covid-19 no mundo, demonstra que as opções escolhidas pelo governo norte-americano não foram as melhores. E de então favorito nas eleições, Trump perdeu a posição e o candidato Democrata John Biden passou a liderar em todas as pesquisas.

Assim, no mesmo dia em que a queda histórica do PIB foi anunciada, usando uma estratégia de desviar o assunto que lhe é comum, Trump questionou o sistema eleitoral, afirmando que poderia haver fraudes nas eleições. Ele chegou a sugerir o adiamento do pleito, o que contraria a constituição dos Estados Unidos e, somente poderia ser alterado com autorização do Congresso.

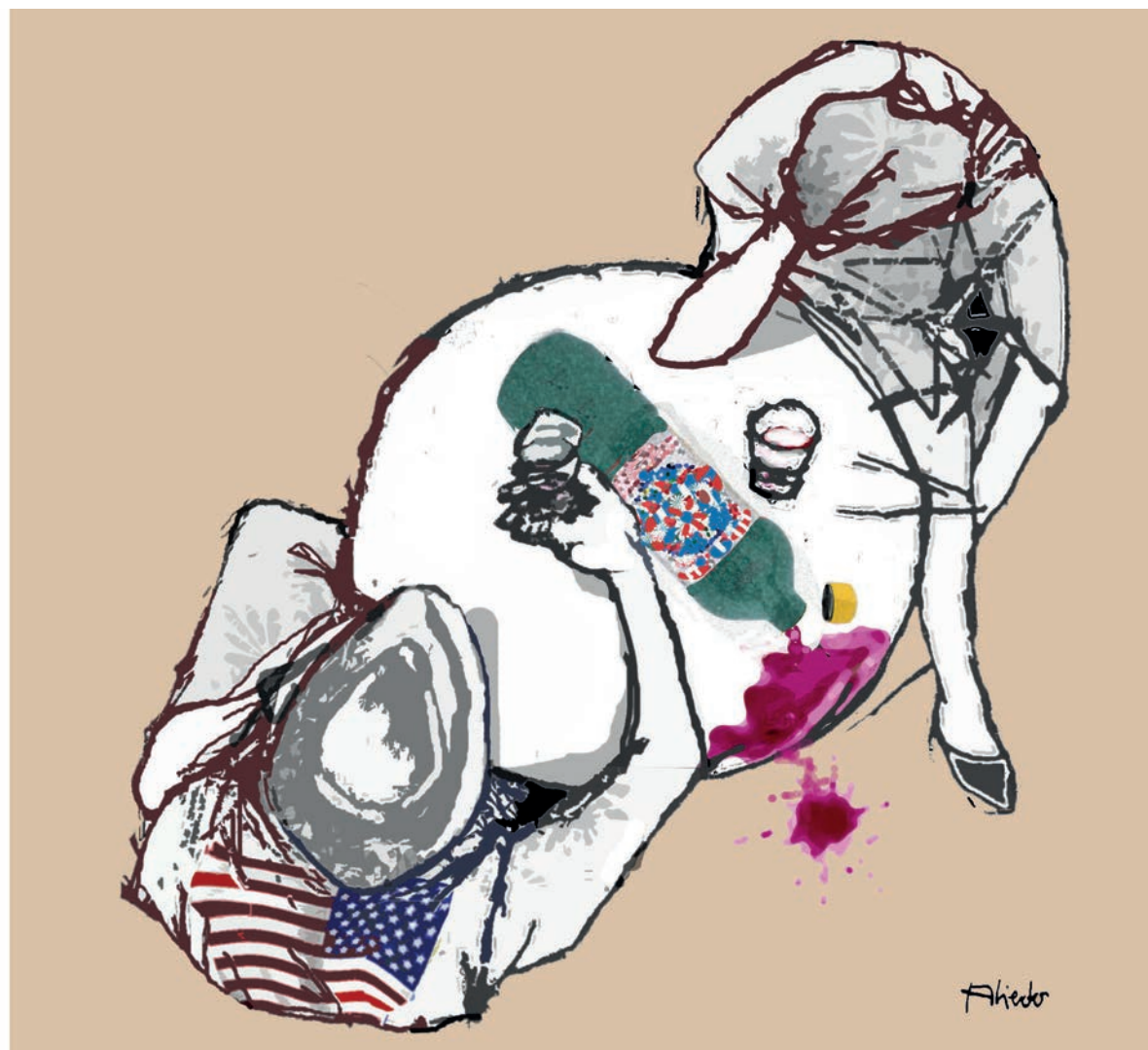
Todavia, a principal estratégia de Trump tem se dado no plano externo ao dobrar a aposta contra a China. Aqui, encontra terreno fértil na sociedade norte-americana, uma vez que o medo em relação à China vem sendo alimentado desde o fim dos anos 1990, em especial durante o governo Obama. No primeiro ano de mandato, Trump



buscou uma relação amena com o governo chinês. Em evento público chegou a se referir ao presidente Xi Jinping como “meu amigo”. Essa postura provocava reação negativa de assessores mais próximos (Woodward, 2018), mas a amizade não durou muito.

No começo de 2018, lançou uma guerra comercial contra a China por meio de políticas protecionistas. Em maio de 2019, o Secretário do Tesouro, Steven Mnuchin, baseado na *Omnibus Trade and Competitiveness Act* de 1988, concluiu que o Banco Central da China (PBOC) manipulava a taxa de câmbio, mantendo o renminbi desvalorizado artificialmente. Diante disso, avisou que tomaria medidas junto ao FMI para reparar tal prática desleal do governo chinês.

Mas é a partir de julho deste ano que a agressividade dos membros do governo contra a China ganhou nova proporção, numa tentativa de unir o país em torno de um inimigo comum. Trump pediu o fechamento do consulado chinês em Houston. A ordem causou surpresa por estar relacionado a um país com fortes laços comerciais e de investimento. Segundo o porta-voz do Departamento de Estado norte-americano, Morgan Ortagus, o consulado seria um centro de espionagem industrial (Meredith, 2020). Ainda em julho, o procurador-geral dos Estados Unidos, William Barr, acusou o governo chinês de violações dos direitos humanos e de realizar uma “*blitzkrieg* econômica” para espalhar sua ideologia política no mundo. E que o PCCh representaria a destruição não apenas do estilo de vida, mas também dos meios de subsistência dos cidadãos norte-americanos. O secretário de Estado, Mike Pompeo afirmou ainda que os Estados Unidos não tolerariam mais a tentativa de Pequim



em usurpar a ordem global. E a relação com o PCCh passou a ser, nas palavras do Conselheiro de Segurança Nacional Robert O'Brien, como “*the greatest failure of American foreign policy since the 1930s*”. Para completar, o conselheiro comercial da Casa Branca, Peter Navarro, acusou o governo chinês de ter “gerado” a Covid-19 e de tê-la “espalhado” pelo mundo, fazendo eco à insistência de Trump com o

chamado “vírus chinês”. E para não ter dúvidas sobre o oportunismo eleitoral, Trump afirmou em agosto que, caso John Biden vença as eleições, a China dominará os Estados Unidos e que os norte-americanos serão obrigados a falar “chinês”.

Sempre se espera que em algum momento a razão se imponha, dada as relações econômicas profundas entre os dois países. Mas parece que Trump está indo longe demais,

o que torna o aceno pela paz mais difícil. Mesmo que ele perca as eleições em novembro, não será fácil para John Biden desfazer as peripécias armadas por Trump. O certo é que o mundo pós-pandemia será um mundo mais perigoso.

\* É professor do Departamento de Economia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Integra o grupo de pesquisa Padrões Históricos do Desenvolvimento Econômico da América do Sul.

## Referências

- BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. Geopolítica da crise mundial: declínio da hegemonia americana e ascensão chinesa. Opinião. *Carta Capital*, 19 de maio de 2020.
- MEREDITH, Sam. State Department orders China to close consulate in Houston — China vows retaliation. *CNBC*, Politics, 22 de jul. 2020. Disponível em: < <https://www.cnbc.com/2020/07/23/pompeo-in-fiery-speech-hammers-china-over-international-abuses.html> >. Acesso em: 28 de set., 2020.
- WOODWARD, Bob. *Medo: Trump na Casa Branca*. São Paulo: Todavia, 2018.

# Os Estados Unidos, as eleições e a crise mundial

Carlos Eduardo Martins\*

Desde o pós-guerra, em 1945, a reeleição presidencial foi a norma nos Estados Unidos. Apenas três vezes um presidente estadunidense não conseguiu a reeleição: Richard Nixon, eleito em 1972, que sofreu o *impeachment* numa conjuntura crítica de derrota no Vietnã, ascensão dos movimentos sociais e escândalo de Watergate, não alcançando, tampouco, Gerald Ford, o seu vice-presidente e sucessor, a eleição em 1976; Jimmy Carter, que venceu Ford, mas perdeu para Reagan em 1980, no contexto das revoluções iraniana, nicaraguense e da elevação dos preços internacionais do petróleo; e George Bush Pai, que foi superado por Bill Clinton em 1992, beneficiado pela candidatura antiglobalista e conservadora do multimilionário Ross Perot, que atingiu 18,9% dos votos.

Todavia, o colapso da globalização neoliberal, disparado pela pandemia da Covid-19, atinge em cheio a economia estadunidense, criando um novo cenário na conjuntura política, social e ideológica dos Estados Unidos. Isso se manifesta no decréscimo agudo do comércio e dos fluxos internacionais de capital, do produto mundial, e no abandono das políticas de austeridade e em favor das políticas sociais e de sustentação do setor produtivo. Tal colapso, que pode ser provisório, é o resultado, entretanto, de movimentos profundos. Nossa hipótese é a de que expressa a combinação entre o esgotamento da fase A do ciclo de

Kondratiev, iniciada em 1994; a entrada numa fase aguda da crise de hegemonia dos Estados Unidos; e a crise ambiental, função de sua incapacidade para desenvolver uma nova etapa da revolução científico-técnica, centrada num paradigma biotecnológico, intensivo em preservação e regeneração ambientais.

A globalização neoliberal já vinha em acelerado processo de desgaste nos anos 2010. A recuperação econômica da crise de 2008-09 foi medíocre nos Estados Unidos e na União Europeia, o comércio internacional não se projetou à frente do crescimento do PIB, e os fluxos internacionais de capitais entraram em declínio, a partir de 2015, sem alcançar os níveis de 2007. A eleição de Donald Trump representou a reação à estratégia neoliberal de inserção dos Estados Unidos na economia mundial, que acelerou a desindustrialização, os déficits comerciais, o endividamento público com estrangeiros, a desigualdade, a pobreza e o desemprego. Sua pretensão é a de reverter o declínio industrial e tecnológico dos Estados Unidos, em especial, em favor dos novos polos de poder como a China, no plano econômico, e a Rússia, no plano militar. Para isso, lançou um imperialismo unilateral e chauvinista, que descartou a articulação do consenso neoliberal e as políticas de hegemonia e reivindicou a força do Estado norte-americano para desmontar as pressões competitivas da globalização, usando-a não apenas contra adversários, como China e Rússia, mas também contra aliados, como os países da União Europeia, México e Ca-

nadá, ou organismos multilaterais como a OMC e a OMS. Trump abriu uma guerra comercial contra a China, impôs sanções contra suas empresas, pressionando outros Estados a fazê-lo para isolá-la na disputa sobre a fronteira tecnológica. Ao fazê-lo, aproximou-a da Rússia, a quem impôs dezenas de sanções, para conter seus projetos geopolíticos, fortalecendo indiretamente as aspirações de um projeto eurasiático. Todavia, ele não rompeu com a globalização financeira e nem com diversas dimensões do neoliberalismo: removeu parte das regulações estabelecidas no governo Obama sobre o setor financeiro e os rentistas, reduziu a carga tributária sobre as grandes corporações, ampliou os gastos militares, elevou as taxas de juros e ampliou o déficit público.

Os resultados alcançados por Trump foram muito limitados. Ele não impediu que avançasse a deslocalização das empresas estadunidenses, que as chinesas as superassem na lista das 500 da *Fortune* e que a pequena redução do déficit comercial norte-americano se desse às custas de um profundo desgaste de sua liderança mundial e de uma escalada de conflitos internos com o segmento mais transnacional do setor produtivo. Todavia, a diminuição do desemprego, iniciada no segundo mandato de Obama, apesar de um leve crescimento na desigualdade, lhe dava a dianteira nas pesquisas eleitorais e um protagonismo político centrado em torno do eleitorado branco conservador e da defesa violenta de suas prerrogativas contra a competição exercida pelo imigrante e pelo multicultural-



lismo sobre os postos de trabalho e a hegemonia cultural norte-americana. Tal cenário foi suplantado pela Covid-19, que transformou os Estados Unidos no novo epicentro de uma crise mundial, evidenciando as debilidades estruturais de sua economia, a gestão desastrosa e a liderança incauta política de Trump, acelerando o declínio de seu poder no sistema mundial.

O alto nível de endividamento do Estado norte-americano e de suas empresas contrastam com o baixo nível do chinês e suas empresas estatais, o que amplia o espaço de atuação e a eficiência do regime de acumulação sinocêntrico em relação ao estadunidense, cada vez mais pressionado pela contradição da desproporção da expansão entre os ativos financeiros e o PIB. Tal desproporção foi financiada, desde o giro neoliberal dos Estados Unidos, nos anos 1980, com expansão do endividamento público e privado internacional, o que se manifestou no crescimento mais que proporcional dos pagamentos ao resto do mundo que



das receitas, reciclados em novas entradas pela financeirização. Todavia, se é correta a hipótese de que estamos em um ponto de inflexão para uma fase B de um ciclo de Kondratiev, que atingirá especialmente os Estados Unidos, a eventual ruptura desse esquema de financiamento pode colocar em questão o protagonismo do dólar, principal cidadela de um poder cada vez mais parasitário. Um novo período longo de recessão provavelmente impulsionará o aumento secular do gasto público em relação ao PIB no mundo, o que deverá reduzir o volume das reservas internacionais, ampliar o controle do balanço de pagamentos e expandir o investimento interno sob a pressão dos movimentos sociais. Além disso, a liderança militar dos Estados Unidos está cada vez mais sendo desafiada pelos constrangimentos que o endividamento coloca para a expansão dos seus gastos militares, que em 2000 representavam 6,5 vezes o orçamento de Rússia e China juntos, mas em 2019, apenas 2,2 vezes.

A China parece muito mais capacitada para enfrentar o novo período recessivo que os Estados Unidos. A forte presença do Estado, do planejamento central e de suas empresas estatais permite a manutenção de altas taxas de investimento com baixas taxas de lucro. Sua liderança no desenvolvimento de tecnologias limpas, seu papel central nas tecnologias de saúde, que produz 80% dos componentes ativos dos antibióticos produzidos nos Estados Unidos, a nova orientação estratégica de sua política de Estado para uma sociedade de serviços de alta tecnologia e o consumo interno, bem como sua política internacional de projeção do arco de desenvolvimento para a Eurásia e o Sul Global via Brics, a colocam como vértice da construção de um

novo eixo geopolítico, que prioriza espaços territoriais e demográficos deprimidos pelo desenvolvimento desigual imposto pelo imperialismo anglo-saxão e europeu.

As eleições estadunidenses se dividirão em dois projetos:

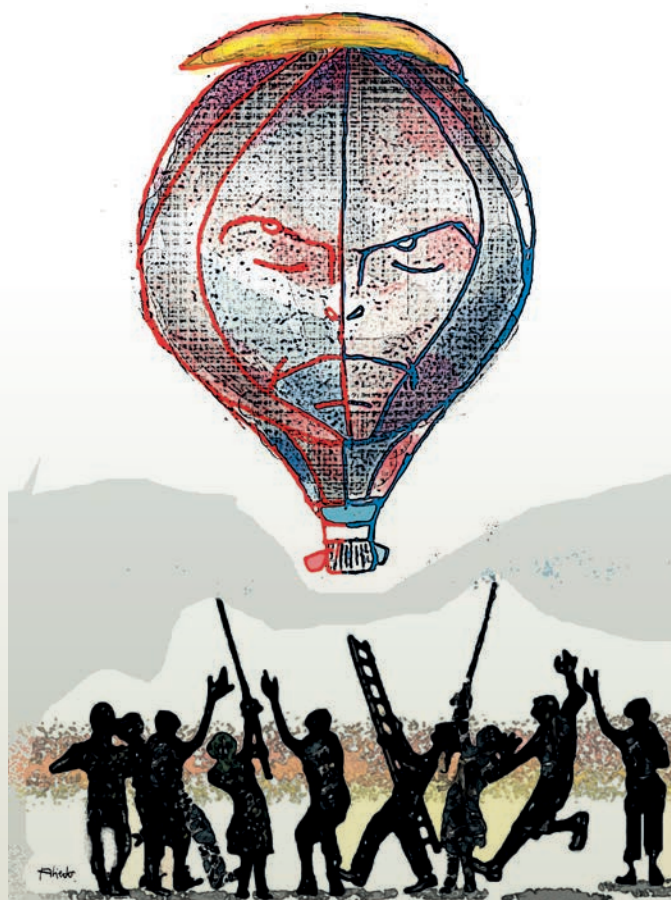
O de Trump e da extrema-direita estadunidense, que se lança em rumos cada vez mais neofascistas, buscando a utilização da força do Estado norte-americano para reverter o declínio. Esse projeto aumenta o nível de tensões e conflitos internacionais; tende a retomar a médio e longo prazo o complexo industrial-militar como centro do gasto público em alternativa à financeirização; e sua proposta de repatriação do capital estadunidense só pode se viabilizar sob brutal repressão da classe trabalhadora norte-americana, para restabelecer internamente a taxa

de lucro que se alcança fora. Essa política se projeta sobre a América Latina, ameaçando relançar a Doutrina do Destino Manifesto, de intervenções militares diretas ou indiretas, e golpes de Estado. Aparentemente derrotado nas eleições de novembro, Trump, apesar de sua gestão desastrosa da pandemia, foi beneficiado pelos programas anticrise de ajuda social e transferência de renda, que reduziram a pobreza e a desigualdade, ao se combinarem com a queda intensa do PIB e seus efeitos sobre os mais ricos, e podem lhe dar combustível e competitividade no pleito;

O dos democratas, liderados por Joe Biden e Kamala Harris, que, caso vitorioso, tenderá a retomar o consenso universalista neoliberal estadunidense, por meio das bandeiras do livre comércio e livre fluxo de capi-

tais através de acordos hemisféricos, multilaterais e organismos internacionais que, entretanto, terão como objetivo conter a China e Rússia, e que não desmontarão completamente o nível de agressividade apresentado por Trump. Para a América Latina, este projeto pode retomar processos inovadores, como o de desmonte do embargo a Cuba, evitará intervenções militares diretas, mas estará articulando guerras híbridas e cercos, com os quais pretenderá impor sua hegemonia sobre a região e tomar controle da Venezuela. A indicação de Kamala aponta a intenção de atrair o apoio dos movimentos sociais, afro-americanos e latinos, mas dificilmente colocará as políticas sociais acima das de financeirização. Senador por Delaware, de 1973 a 2009, Joe Biden representa a tradicional oligarquia centrista democrata, tendo apoiado o bombardeamento do Kosovo e a guerra contra o Iraque, e buscará cooptar os movimentos sociais para aceitarem a política do *establishment* liberal.

Todavia, a crise da democracia norte-americana é profunda. Seus vínculos históricos com o racismo, resultado de suas relações de longa duração com o imperialismo, o colonialismo e a escravidão, tornam o seu êxito muito vinculado à ideologia da prosperidade, que tende a ser desafiada pela recessão e o declínio. Provavelmente, assistiremos nos próximos anos a forte atuação dos movimentos sociais em busca de formas de expressão política e influência sobre o Estado norte-americano.



\* É professor associado do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional (Pepi) e Instituto de Relações Internacionais e Defesa (Irid) da UFRJ, coordenador do Laboratório de Estudos sobre Hegemonia e Contra-Hegemonia (LEHC/UFRJ) e pesquisador dos GTs sobre Estados Unidos e China no Mapa Mundial do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso).

# As eleições nos EUA: a democracia burguesa entre a digitalização e a geopolítica



Esther Majerowicz\*

**A**s tecnologias da informação e comunicação (TIC) ganharam destaque nas últimas eleições dos EUA, com a atuação da Cambridge Analytica concorrendo para a vitória do atual presidente Donald Trump. Durante as eleições e ao longo da gestão Trump, afirmaram-se na esfera da política governamental processos já muito comuns na atuação das grandes empresas de tecnologia para a venda de mercadorias: a alavancagem da coleta massiva de dados e seu tratamento por algoritmos para definir segmentos populacionais mais suscetíveis a retóricas específicas, produzindo conteúdos e discursos ajustáveis e personalizáveis. Propagandas e ataques políticos baseados em *fake news*, impulsionados por grandes investimentos em aparatos tecnológicos de propagação de informações, incluindo robôs (mas não apenas), disseminaram-se pela vida política e social em grandes proporções no mundo, particularmente no Brasil. Atualmente, há uma crescente percepção e preocupação de que as TIC seriam uma ameaça e/ou minariam as democracias. Ao mesmo tempo, o crescente protagonismo da China na economia e no cenário internacionais, reforçado no contexto da pandemia, vem sendo mobilizado pelos EUA como uma grande ameaça autoritária às democracias ocidentais, recolocando as TIC no centro do debate e das crescentes tensões EUA-China, na medida em que elas são postuladas como canais de vigilância, influ-

ência e ingerência, inclusive militar, de um governo autoritário sobre sociedades democráticas.

Nesse contexto, as eleições nos EUA oferecem-nos a oportunidade de fazer uma reflexão sobre até que ponto essas são verdadeiras dicotomias e de como esses processos tendem a se desdobrar a despeito das eleições, colocando injunções ao próximo governo dos EUA. Mesmo no mar de incertezas e angústias gerado pela pandemia do SARS-Cov2 e sua expansão descontrolada nos EUA, uma coisa é certa: os EUA seguirão sendo uma ameaça à democracia no mundo, particularmente nas periferias, como a América Latina ou o Oriente Médio. Seja via intervenções militares e guerras, seja pela desestabilização de regimes políticos nacionais – com a associação e financiamento de setores das classes dominantes locais alinhados e subordinados ao projeto estadunidense –, o revezamento entre democratas e republicanos no governo produziu alterações na retórica e no peso maior ou menor que se conferiu às diferentes modalidades de ingerência, mas não modificações substantivas na atuação estadunidense neste campo. As possíveis alternativas a essa atuação historicamente tendem a ser filtradas antes das eleições nas convenções partidárias, como a campanha de Bernie Sanders, construída a partir das lutas da juventude endividada e de um movimento multiétnico de trabalhadores, e na inviabilidade eleitoral fora do bipartidarismo, o que produz uma versão um tanto peculiar

e restrita da democracia burguesa.

Há, entretanto, um elemento de transformação estrutural que vem ocorrendo e se consolidando nas últimas décadas que, em si, reduz em escopo e efetividade o espaço para qualquer noção, mesmo que a mais restrita, de democracia burguesa: a chamada “nova economia digital”, que emerge e se desenvolve pelo vínculo entre o setor militar dos EUA e os grandes capitais estadunidenses, vínculo esse mimetizado pela China. A digitalização não é um processo novo, mas ganhou uma tal maturidade – pela vasta difusão da infraestrutura que a sustenta e dos dispositivos eletrônicos pessoais, particularmente dos telefones celulares – que agora constitui a base para a nova onda associada à renovação da infraestrutura de telecomunicações e à automação fundamentada nos recentes avanços em inteligência artificial. Essa nova onda resulta de ambições e projetos que são nada menos que a mediação digital de tudo: da agricultura à manufatura, da infraestrutura urbana e arquitetônica aos serviços públicos e da esfera pública à domiciliar.

A mediação digital de tudo é simultaneamente a busca por novas esferas de acumulação pelas *Big Tech* dos EUA, em um empreendimento levado a cabo em estreita associação com o Estado americano. Já discuti aqui anteriormente as TIC enquanto tecnologias de uso civil-militar e sua alavancagem pelos grandes capitais para tecer seus aparatos digitais de vigilância e colocarem-se enquanto parceiros essenciais no atual processo de up-

grade tecnológico e espraiamento dos aparatos estatais de vigilância e controle social em suas dimensões domésticas e imperiais. Não são as TIC por si que constituem a ameaça à democracia burguesa ou reduzem qualquer significado que essa possa ter, mas o projeto e o intuito dos grandes capitais e do Estado americano na conformação do desenvolvimento tecnológico, uma busca que engendra a maior repressão e controle sobre os trabalhadores dentro e fora do processo de trabalho, aumentando a taxa de exploração e o instrumental repressivo para conter as massas precarizadas. É ainda uma busca pelo aumento de seu potencial bélico e pelo domínio sobre a rede mundial de comunicações, englobando cidadãos estrangeiros, governos, organizações internacionais, empresas e entidades científicas de países rivais e aliados. Esse projeto perpassa as distintas administrações dos EUA no século XXI.

As transformações elencadas tendem a aprofundar-se e colocam-se como eixos da concorrência intercapitalista e interimperialista entre EUA e China, possivelmente aumentando as tensões. Antes da pandemia, já estava em curso um processo de exportação de pacotes tecnológicos e concorrência em terceiros mercados das grandes empresas americanas e chinesas, em grande medida conduzido e viabilizado por seus Estados. Em janeiro de 2020, às vésperas da chegada da pandemia aos EUA, a Comissão de Revisão Econômica e de Segurança EUA-China do Congresso Americano debruçava-se sobre um relatório a respeito do desenvolvimento da China em *smart cities*, para instruir medidas de fechamento do mercado americano e sua concorrência em terceiros mercados. Sob

a alcinha de *smart cities*, esses grandes pacotes tecnológicos e de infraestrutura de alta tecnologia, que incluem sensores, câmeras de vigilância, telecomunicações, sistemas de software, chips e inteligência artificial tornaram-se um importante vetor de expansão das *Big Tech* e das *startups* unicórnios, bem como da indústria de segurança, na qual a automação e digitalização estão a pleno vapor. As ramificações e consequências desse processo no aprofundamento da dependência dos países receptores desses pacotes, altamente integrados às infraestruturas críticas governamentais e civis, quando não militares, são ainda incalculáveis. Mas, frente às tensões postas pela ofensiva do capital sobre o trabalho nas últimas décadas, esses pacotes aparecem como soluções de tecnologia estatal repressiva para que os governos lidem com as tensões e conflitos de classe que se acumulam e tendem a se expandir.

Tal é o cenário que encontra a crise corrente na acumulação de capital, de dimensões avassaladoras, no contexto de uma crise sanitária que é produto dos desequilíbrios ecológicos engendrados pelo capitalismo. Há de se recordar que, em momentos de crise na acumulação de capital, a concorrência entre os grandes capitais apoiados em seus estados nacionais tende a se acirrar, já que os espaços de valorização ainda possíveis são bruscamente reduzidos. É aqui que a esfera digital e toda a infraestrutura que a sustenta e a automatiza tende a ter seu protagonismo reforçado e a acumular ainda mais tensões. A pandemia abriu o caminho para o crescimento explosivo das atividades *online*, da migração e digitalização de diversos serviços e da produção de conteúdo digital, acelerando o desenvolvimento da automação algorítmica e do enqua-

dramento do trabalho intelectual ao capital e concorrendo para a repentina abertura de diversos e vastos mercados nacionais, incluindo as meninas dos olhos, os serviços públicos de saúde e educação. Por meio das compras governamentais de pacotes das *Big Tech*, esses serviços desfiguram-se em telessaúde e teleducação, sendo privatizados por dentro, precarizados e barateados, enquanto isolam e vigiam os usuários dos serviços e os profissionais da saúde e da educação. É uma situação “ganha-ganha” para os Estados e os capitais bem posicionados na “economia digital”. Para as *Big Tech*, a pandemia é verdadeiramente *a dream come true*, ainda que os filhos de empresários do Vale do Silício frequentemente escolhassem ou com pouco uso de dispositivos eletrônicos. Com um sopro de ar virulento, o capital consegue avançar sobre o resultado das lutas que as classes trabalhadoras tiveram que empreender para a construção e defesa de Estados de bem-estar social onde esses existiram, mesmo que já muito combalidos. Assim, além das infraestruturas de telecomunicações, da segurança pública e da gestão do espaço urbano, subitamente estão sobre a mesa a saúde e, especialmente, a educação como mercados de peso na concorrência intercapitalista entre EUA e China mediada pelo desenvolvimento das TIC, num cenário onde a crise de acumulação se instaurou em distintos setores.

Um dos últimos relatórios do Conselho de Consultores para a Ciência e Tecnologia para a presidência Obama colocava a necessidade de assegurar a supremacia dos EUA em semicondutores e alertava para as políticas industriais chinesas. Essas vinham atingindo grandes resultados nas TIC, num quadro em que as ambições e determinação do

partido-Estado não mostravam sinais de arrefecimento se deixadas por si. Trump vem mobilizado o tensionamento da disputa tecnológica com a China para fins eleitorais, mas suas políticas reverberam preocupações profundas do *establishment* americano. As formas e medidas poderão ser distintas do atual governo, todavia, o próximo governo deverá implementar uma estratégia para conter a China nas TIC, e os semicondutores continuarão tendo o potencial de estrangulamento industrial chinês. Entretanto, a democracia burguesa tende a ser ainda mais esvaziada pelas transformações estruturais discutidas. Certamente, a liberdade de expressão e de cátedra e o fim da retórica aberta de extermínio racista, xenófoba, machista e homofóbica de inspiração fascista na Casa Branca, com um governo Biden, são importantes para que a luta da classe trabalhadora se dê em melhores termos. Entretanto, para países periféricos, tudo isso pode rapidamente se dissolver sob uma chuva de mísseis teleguiados ou pelas desestabilizações de regimes políticos nacionais. Destarte, nem os democratas nos EUA nem o capitalismo chinês do partido-Estado constituem alternativas, pois as dinâmicas e transformações discutidas resultam de compulsões impostas pela concorrência intercapitalista e interestatal no processo de acumulação de capital e de militarização. Não há alternativas de fato a esse cenário que não venham de baixo, das classes trabalhadoras, tanto nos EUA e na China, como no Brasil.

\* É professora do Departamento de Economia e coordenadora do Grupo de Economia Política do Desenvolvimento, ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).



# As incertezas do contexto internacional

Marta Skinner\*

**P**andemias e pragas costumam mudar o curso da história, e nem sempre de uma maneira imediatamente clara para os sobreviventes. A atual pandemia já encontrou o mundo num momento de extraordinárias mutações, o que geralmente abre oportunidades aos povos de fazerem opções que podem ser decisivas para seu futuro na luta dentro do sistema internacional.

Nós estamos nessa situação há alguns anos. O quadro internacional mudou completamente, mas também a nossa posição mudou de forma radical e catastrófica. O Brasil fez uma opção extrema de alinhamento incondicional aos EUA, que o faz ser visto hoje como um pária internacional e não só pela questão do coronavírus, mas pela toxicidade das suas manifestações.

Até alguns anos atrás, o Brasil era um caso de sucesso internacional pela sua política externa ativa e ativa, levada a cabo pelos governos progressista de Lula e Dilma. A política externa, como política pública que é, não deve apresentar ao mundo fundamentalismos ideológicos de qualquer natureza, deve expressar a diversidade da sociedade e a pluralidade da nação, além de buscar o aprimoramento do diálogo e contribuir para a construção da paz.

Hoje o mundo se depara com o conflito cada vez mais polarizado entre os EUA e China, que vem tomando a cena inteira da conjuntura internacional. Independente disso, a conjuntura vem se movendo em torno de vários outros aspectos e nem tudo remete a esse conflito. Muito se fala em uma nova Guerra Fria, como se a história fosse feita de repetições cíclicas e regu-

lares. É importante perceber que o mapa geopolítico está em franca mutação e que outros fatores podem pesar nesse conflito, se é que esse conflito será o eixo central do sistema internacional. O Brexit, a volta da Rússia à condição de segunda maior potência atômica, a ascensão do Irã em claro confronto com os EUA e Israel e também a América do Sul entraram no roteiro das grandes potências. Apesar de o Brasil já ter entrado nesse roteiro com a política externa ativa nos anos recentes e com sua participação dos Brics, agora a AL entrou numa forma mais incisiva, com a participação da China e da Rússia no conflito entre EUA e Venezuela. A relação militar dos três países nos colocou numa posição inédita em termos da competição geopolítica militar internacional. As armas nunca estiveram nas nossas fronteiras, nem nunca o Brasil cedeu um militar de alta patente para se subordinar ao comando do exército de um outro país, como fez o governo atual.

Como se constata, várias incertezas povoam a conjuntura internacional. Uma delas é a tese recorrente de que o mundo estaria enfrentando o fim da hegemonia liberal e a outra é que estaríamos assistindo uma sucessão hegemônica que poderia levar a mais uma guerra, como ocorreu entre 1914 e 1945. No entanto, a primeira tese foi diluída na medida em que os EUA, nos últimos 50 anos, reverteram as previsões catastróficas e acumularam riqueza e poder sem precedentes, levando ao desmonte da URSS e à guerra triunfal do Golfo, que alçaram os EUA ao centro unipolar do mundo. Desde então, a defesa da utopia liberal e da supremacia do livre mercado que traria a prosperidade e a



paz não se concretizou. Certamente essa discussão estará presente na próxima eleição entre o liberal internacionalista, representado por Biden, e a posição nacional protecionista de Trump.<sup>1</sup> O grande paradoxo é que muitos acusam o capitalismo autoritário da China de estar destruindo a ordem liberal; no entanto, o ataque a ordem multilateral criada pelos EUA está vindo de dentro do país. A China hoje parece defender mais a ordem multilateral do que os EUA.

A segunda tese da possibilidade de guerra pela ascensão de uma nova potência econômica remete a comparações simplistas com a passagem da hegemonia inglesa. A grande diferença é que a nova configuração do mundo aponta para um embate entre nações que estiveram sob a dominação dos europeus quando os EUA estavam sucedendo a Inglaterra e não dá para

prever o futuro. Nos últimos 30 anos, a configuração do núcleo militar do mundo mudou. EUA, Rússia e China têm metade da população e  $\frac{3}{4}$  do território mundial. Há que se refletir que não são apenas bilhões de pessoas, mas duas civilizações milenares.

\* É professora aposentada da Faculdade de Ciências Econômicas da Uerj, Ucam e Ibmec.

1 Na gestão unipolar dos EUA, o governo Clinton, tão associado à utopia liberal, fez 48 intervenções militares, mais do que em toda a guerra fria, Bush iniciou 21 anos de guerra contínua e Obama lançou 26 mil bombas e ainda apoiou e promoveu diversos golpes de Estado. O grande paradoxo é que o presidente caricato, antiliberal, nacionalista e populista, nos seus 4 anos de governo, não iniciou nenhuma guerra explícita, apesar de não ter faltado sanções, ameaças e bloqueios econômicos e talvez, por essa razão, nas eleições de novembro, o alto establishment militar deva apoiar Biden.

# O cenário eleitoral nos EUA e suas relações com a China: o que fica para o Brasil?

Débora Gaspar e Ana Garcia\*

A combinação de um cenário econômico de recessão, protestos sociais e percepção generalizada de uma gestão desastrosa dos efeitos da pandemia da Covid-19 torna a disputa eleitoral deste ano, nos EUA, mais complexa. Decerto, esta eleição se dará dentro de novos parâmetros da projeção internacional dos EUA. Essa projeção é multifacetada e abarca desde a atuação do Banco Central e do Tesouro norte-americanos na gestão dos efeitos da crise econômica internacional, já em curso, à relevância das organizações internacionais, que enfrentam o atual desengajamento de seu principal idealizador (e financiador). Em especial, nessa seara, o principal eixo de disputa econômica e geopolítica mundial está na relação entre EUA e China.

A escalada das fricções com a China, em um arco de temáticas que vai da disputa tecnológica na fronteira de expansão do 5G às denúncias de violação de direitos humanos, culminaram na recente crise diplomática. Apesar de haver certo consenso de que seria um exagero falar em nova Guerra Fria para caracterizar o atual e projetado caráter das relações sino-americanas, análises que apontavam para formas de rivalidade cooperativa, por sua vez, rarearam. O que se vê é um candidato à reeleição radicalizando discurso e ações contra o gigante asiático e um concorrente que

adota, em certa medida, o mesmo tom. O candidato democrata Joe Biden se vê, também, confrontado com uma ampliação, capitaneada por Trump, do escopo das temáticas de atrito com a China, adentrando mais acentuadamente em questões de segurança internacional.

Ainda assim, é mais provável que Biden, se eleito, se restrinja aos temas econômicos no redesenho das relações com a China, com alguma possibilidade de adentrar em questões de direitos humanos e meio ambiente de forma mais assertiva, dependendo de seu grau de adesão à uma agenda democrata mais de centro-direita. A guinada norte-americana do *free trade* para o *fair trade* (extremamente maleável em termos de interpretação de acordo com os interesses das sucessivas administrações) tem uma longa história, que remonta aos anos 1970 e às disputas comerciais com os países superavitários do período, notadamente Alemanha Ocidental e Japão.

Ainda que a estratégia com relação à China não seja exatamente a mesma, em razão das relações históricas e das marcadas divergências de sistema político e organização da produção, alguns elementos de “contenção” podem ser observados. Ainda no governo de Barack Obama, a temática da competição com a China e a necessidade de enquadrar o gigante asiático nas regras do *fair trade*, incluindo aí a valorização do *yuan*, foram permanentemen-

te mobilizadas. Diferentemente de Trump, a administração Obama buscou pressionar a China via sistema multilateral e por meio dos mega acordos regionais de comércio e investimento, amarrando países do sudeste asiático que fazem parte das cadeias regionais de valor comandadas pela China na região (*“Pivot to Asia”*), no sentido de fomentá-la como *“responsible stakeholder”*. Dada a larga experiência de Biden no Comitê de Relações Exteriores do Senado e na vice-presidência de Obama, é de se esperar que a estratégia Obama/Clinton/Kerry seja, em alguma medida e ainda que limitada pelos efeitos da crise econômica pós-pandemia, recuperada.

Se a eleição de Joe Biden tende a resgatar um papel mais ativo dos EUA nos temas globais, os impactos no Brasil só ficarão claros conforme as estratégias de retomada do crescimento pós-crise forem sendo implementadas. No âmbito de comércio e investimentos, uma possível normalização das relações entre EUA e China pode estimular a economia mundial, trazendo benefícios ao Brasil, bem como a retomada da política de diversificação de parceiros. Nas questões relativas a direitos humanos e meio ambiente, uma postura mais assertiva de um governo democrata pode trazer mais tensões à relação bilateral entre as duas grandes potências e complicar as relações exteriores do Brasil, que sofre hoje com o alinhamento

automático aos EUA de Trump.

É importante lembrar que os EUA são o principal investidor estrangeiro no Brasil e o segundo parceiro comercial, depois da China. O Brasil tem déficit comercial com os EUA, enquanto tem um superávit com a China, porém a pauta exportadora com os norte-americanos é composta por manufaturados (aviões), semimanufaturados (produtos do aço e ferro) e primários (óleo bruto), enquanto com a China a pauta é composta basicamente por grãos e minério. Nesse sentido, podemos dizer que o Brasil ajuda a equilibrar o saldo comercial dos EUA, já que têm um superávit comercial com o país, enquanto são deficitários com o resto do mundo, particularmente com a China.

O historiador Adam Tooze afirma que a eleição presidencial norte-americana de 2016 foi mais sobre a grande recessão do que a de 2012. Talvez seja possível estender esse raciocínio ao Brasil, na comparação entre 2018 e 2014. As consequências da crise econômica em curso, no Brasil, dependerão, novamente, do manejo internacional da recuperação econômica, sob pena de uma nova rodada de austeridade nos países centrais (2010-2013) levar-nos, enquanto periferia do sistema, ainda mais fundo na direção do neoliberalismo autoritário.

\* São professoras de Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

# O insuficiente enfrentamento carioca à pandemia

É de se esperar que as medidas para a contenção da Covid-19 tenham desencadeado alguns impactos nas contas públicas do Município do Rio de Janeiro (MRJ). Para entendermos como a cidade foi afetada, realizamos um levantamento histórico da receita municipal, com uma análise comparativa da arrecadação no primeiro semestre de 2020. Posteriormente, nos adentramos nas despesas realizadas no mesmo período, para então investigarmos as despesas específicas no combate à Covid-19.

Os dados encontram-se deflacionados de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo de junho de 2020 e foram retirados do relatório resumido de execução orçamentária (RREO) de 2010 a 2020 e do portal Contas Rio.

## Arrecadação municipal e os efeitos da Covid-19

As receitas realizadas no MRJ apresentaram crescimento entre 2010 e 2015, com o valor máximo arrecadado de R\$ 29,1 bilhões em 2015. Podemos associar o pico à liberação de recursos para a realização das Olimpíadas através de transferências de convênios, que chegaram a atingir R\$ 1 bilhão. A promoção de megaeventos pela cidade, incluindo também a Copa do Mundo, também foi responsável por aumentar as operações de crédito, que já vinham crescendo desde 2014.

Já em 2016, houve leve recessão da arrecadação, que se aprofundou em 2017, quando arrecadou-se R\$ 23,5 bilhões. Tal declínio está relacionado a perdas de R\$ 1,5 bilhão na receita de operações de crédito e R\$ 807 milhões na de convênios. O reajuste no Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) levou a uma retomada sutil da receita em 2018, porém os valores arrecadados naquele ano (R\$ 24,5 bilhões) e no seguinte (R\$ 24,3 bilhões) ainda não atingiram os pa-

tamares registrados anteriormente.

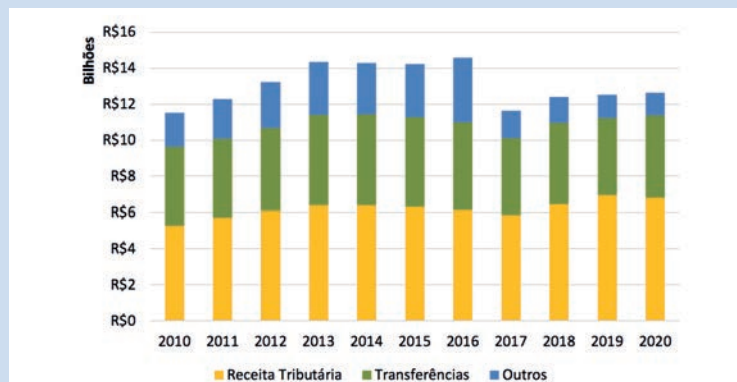
De forma a apurar os impactos da Covid-19 na arrecadação, coletamos também a receita arrecadada até o primeiro semestre de cada ano, para compará-la com a de 2020. Conforme evidenciado no gráfico 1, o pico da série neste caso ocorreu em 2016. De forma geral, observamos que o movimento da arrecadação semestral acompanhou aquele da receita total do ano. No tocante a 2020, foram arrecadados R\$ 12,6 bilhões no primeiro semestre, valor inferior ao alcançado entre 2012 e 2016, mas que representa crescimento de 0,9% se comparado ao mesmo período de 2019.

Por outro lado, devido à redução na atividade econômica durante a pandemia, a arrecadação do Imposto Sobre Serviços (ISS) vem caindo desde março e teve decréscimo de 5% no primeiro semestre em relação a 2019, o que representa perda de R\$ 146 milhões. De forma similar, as cotas-partes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) caíram 7% (R\$ 64 milhões) e 12% (R\$ 63 milhões), respectivamente.

Já o IPTU e o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) apresentaram papel significativo para estabilização das receitas de 2020, principalmente no mês de junho, quando foram arrecadados R\$ 400 milhões, R\$ 111 milhões a mais que no mesmo mês do ano anterior. De maneira geral, eles apresentaram queda de 1% se comparados ao primeiro semestre de 2019.

A receita de transferências, por sua vez, se expandiu em 2020, especialmente as advindas da União, que cresceram 22% e passaram de R\$ 1,3 bilhão para R\$ 1,6 bilhão. Tal movimento é atribuído à ampliação na receita arrecadada através do Sistema Único de Saúde (SUS), a única entre as principais modalidades de arrec-

Gráfico 1 – Arrecadação no 1º semestre, 2010-2020



Fonte: RREO e Portal Contas Rio

dação municipal que apresentou crescimento. O valor apurado até junho de 2020 foi R\$ 176 milhões ou 26% maior do que no mesmo período em 2019 e totalizou R\$ 863 milhões.

Esse aumento se deu em função da necessidade de liberação de recursos para o enfrentamento da pandemia, que levou a União a editar medidas provisórias nas quais abre créditos extraordinários em favor do Ministério da Saúde. Para viabilizar a sua transferência foi criado o Programa de Trabalho “Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus”, através do qual estão sendo repassados esses recursos aos demais entes desde março<sup>1</sup>.

Para continuarmos nossa análise, realizamos um levantamento do histórico das despesas durante o mesmo período, juntamente como uma análise das despesas específicas ao combate do novo coronavírus.

## Despesas municipais e o combate à Covid-19

O movimento da despesa no primeiro semestre se difere do da receita principalmente pela quebra na tendência de ascensão em 2013, quando foram liquidados R\$ 550 milhões a menos que no ano anterior (gráfico 2). Posteriormente, o montante despendido voltou a aumentar

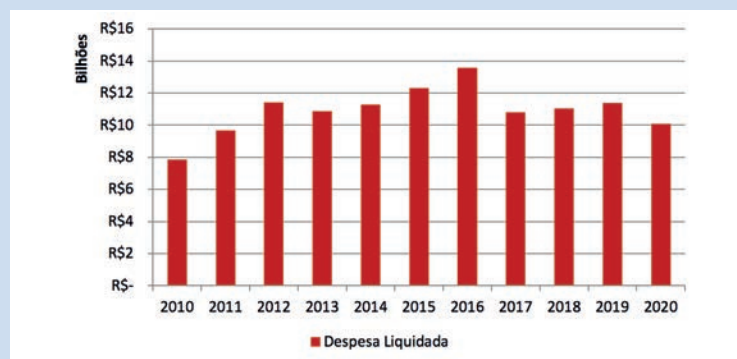
e atingiu seu pico em 2016, como consequência dos gastos com megaeventos. Em 2017, houve nova redução no valor liquidado, desta vez bem mais acentuada e na ordem de R\$ 2,8 bilhões. Nos dois anos subsequentes, a despesa seguiu estagnada.

Com a chegada do novo coronavírus e a necessidade de movimentar recursos para combatê-lo, era de se esperar uma mudança de cenário e aumento do gasto público em 2020. Contudo, verificamos que a despesa liquidada pelo MRJ no primeiro semestre deste ano foi 11% ou R\$ 1,3 bilhão ainda menor que em 2019.

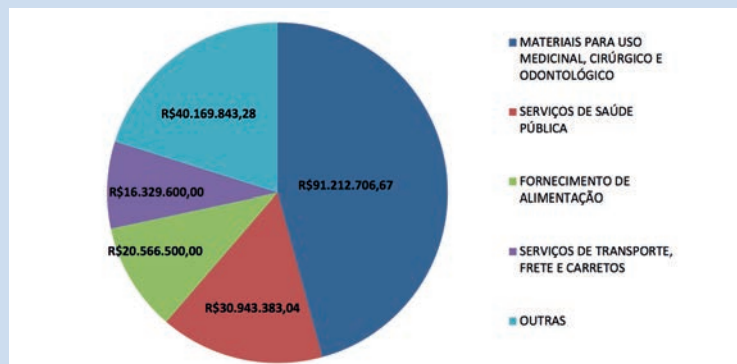
Isso traz à tona dois questionamentos, sendo o primeiro acerca da extensão e suficiência dos gastos para o enfrentamento da Covid-19. Como e onde estão sendo aplicados os recursos para tal? O segundo seria sobre a origem desses gastos, considerando que não houve aumento da despesa total. Foram retirados recursos de outras áreas de atuação municipal? Quais foram elas?

Para tentar responder à primeira questão, analisamos as despesas incorridas especificamente com gastos no combate ao Covid-19 até o final de julho, disponibilizadas no portal Contas Rio. No gráfico 3, estão expostos os maiores valores despendidos, segundo a natureza da despesa.

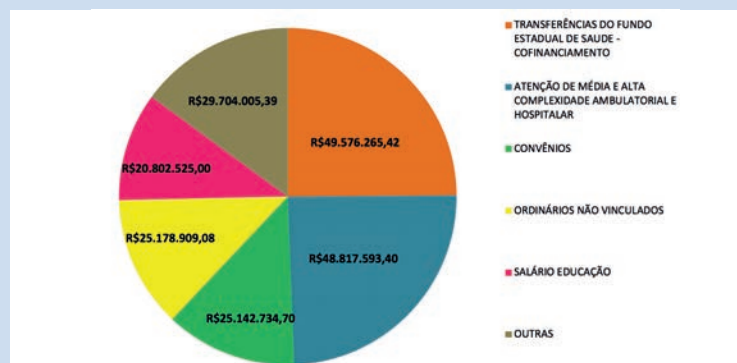


**Gráfico 2 - Despesa liquidada no 1º semestre, 2010-2020**

Fonte: RREO

**Gráfico 3 – Despesas liquidadas no combate à Covid-19 até 27/07/2020 por natureza da despesa.**

Fonte: Contas Rio.

**Gráfico 4 - Despesas liquidadas no combate à Covid-19 até 27/07/2020 por fontes de recurso.**

Fonte: Contas Rio.

enfertos, como respiradores.

O segundo maior gasto municipal neste âmbito foi referente ao gerenciamento, à operacionalização e à execução das Ações e Serviços de Saúde que assegurem assistência universal e gratuita à população do Rio para o enfrentamento da pandemia, através do SUS.

A despesa com fornecimento de alimentação, por sua vez, foi identificada como correspondente à distribuição de cartões alimentação e cestas básicas às famílias que tenham crianças matriculadas na rede municipal de ensino. Essa medida foi tomada para amenizar o impacto da suspensão das aulas e da subsequente falta da merenda escolar entre as crianças que necessitam dela para sua subsistência.

Inicialmente, foram entregues cerca de 200 mil cartões para famílias em situação de maior vulnerabilidade, que permitiam compras até R\$ 100. No dia 7 de julho, porém, o prefeito Marcelo Crivella anunciou a ampliação do benefício para todas as famílias com alunos de escolas municipais, reduzindo então o valor do cartão para R\$ 50<sup>2</sup>. É importante ressaltar que essa medida ainda não foi regulamentada no momento da confecção deste artigo. Além disso, a ampliação só foi possível devido à pressão popular das mães dessas crianças e apoiadores do movimento, que conseguiram conquistar um acordo com a Secretaria de Educação para que todas tivessem direito ao recebimento dos cartões alimentação (preferíveis às cestas básicas, que apresentaram problemas de distribuição e até mesmo relatos de alimentos estragados em sua composição).

É notório também o fato de que, até julho deste ano, o governo municipal só tenha empenhado em despesas 70% de um total de R\$ 59 milhões arrecadados através do Programa Nacional de Alimentação Escolar, referente a transferências federais para o custeio da alimentação de estudantes de todas as etapas da educação pública básica. Dessa forma, há um montante de quase R\$ 19 milhões em caixa

referente a essa fonte de recurso que ainda não foi comprometido, o que evidencia que o Município poderia ter gastado mais e garantido mais cedo e de maneira mais organizada e efetiva o provimento de refeições a todos os estudantes, como determinado por decisão judicial.

Por fim, temos as despesas com serviços de transporte, frete e carretos, referentes à firmiação de contrato para o fretamento de aeronaves responsáveis pelo transporte de equipamentos de saúde importados da China. No total, foram transportados 18 mil itens para os hospitais municipais do Rio de Janeiro, que serão e já estão sendo utilizados no combate à pandemia<sup>3</sup>.

No que diz respeito às fontes de recursos dos gastos apresentados, verificamos que quase metade foi proveniente de transferências de outros entes governamentais, através do fundo estadual de saúde e recursos do SUS, de origem federal (gráfico 4). A prevalência do fundo nessa composição aponta para a importância da vinculação da receita como forma de garantir recursos para áreas primordiais, como a saúde.

Já os chamados ordinários não vinculados, isto é, recursos discricionários, sem alocação previamente determinada, foram responsáveis por menos de 13% das despesas para o combate ao novo coronavírus. Sabe-se, ainda, que isso não é consequência de uma escassez orçamentária, visto que no total foram arrecadados R\$ 9,9 bilhões em ordinários não vinculados até julho deste ano e somente R\$ 6,6 bilhões foram empenhados. Portanto, o MRJ tinha R\$ 3,3 bilhões de recursos discricionários em caixa que não se dispôs a comprometer com ações de enfrentamento à Covid-19.

Outras duas fontes de recursos se sobressaíram: os convênios e o salário educação, responsável pelo custeio do fornecimento de alimentação mencionado anteriormente. Sobre essa última, vale destacar que as despesas liquidadas com recursos do salário-educação até meados

A aquisição de materiais para uso medicinal, cirúrgico e odontológico foi responsável por cerca de 46% de um total de R\$ 199 milhões liquidados para esse fim. Foram adquiridos desde Equipa-

mentos de Proteção Individual, necessários para a segurança dos profissionais de saúde que atendem casos de suspeita da doença, até insumos médicos hospitalares essenciais para o tratamento dos

de julho deste ano foram correspondentes a apenas 67% da despesa média proporcional do mesmo período nos anos de 2016 a 2019<sup>4</sup>. Assim, reforça-se o argumento de que o governo poderia e deveria estar utilizando mais seus recursos disponíveis para responsabilizar-se pelo sustento da população carioca.

### Considerações Finais

Diante do exposto, podemos constatar que o alastramento do novo coronavírus já desencadeou consequências na administração pública do MRJ. O efeito foi notado principalmente na queda dos impostos indiretos, que incidem sobre a produção e a circulação de bens e serviços e por isso estão sujeitos ao ciclo eco-

nômico. No Município, esses tributos são representados pelo ISS e pela cota-parte do ICMS.

Já o IPTU, tributo que ajudou na estabilização da receita, incide diretamente sobre a propriedade, de forma que não fica tão fragilizado em momentos de recessão. Assim sendo, nota-se a importância de se ter uma arrecadação progressiva e menos pautada pela tributação indireta, o que não é o caso na cidade do Rio. Entre 2012 e 2018, os impostos indiretos representaram 32,8% da receita total, enquanto os diretos corresponderam a apenas 19,7%<sup>5</sup>.

Tendo em vista a dimensão desses tributos na arrecadação municipal, é necessário ressaltar a importância do papel do Estado e sobretudo da

União em reduzir os impactos da Covid-19 na economia carioca, uma vez que a mesma possui recursos exclusivos para aumento da receita e pode repassá-la aos demais entes federados. Como verificado no texto, as transferências do SUS e do Fundo Estadual de Saúde sustentaram as contas públicas da cidade em 2020, então é necessário que esse repasse continue.

É perceptível ainda que o governo carioca poderia fazer mais pelo combate à pandemia na cidade, uma vez que dispõe de recursos que não estão sendo utilizados. O poder público municipal precisa reconhecer que o gasto governamental deve ser amplo e livre de amarras fiscais para que se garantam as necessidades da popula-

ção, principalmente num momento único e delicado como é o atual.

1 <https://www.conasems.org.br/nota-normas-relacionadas-ao-financiamento-do-sus-estabelecidas-em-decorrencia-do-covid-19/>

2 <https://prefeitura.rio/educacao/cartao-alimentacao-sera-ampliado-e-beneficiara-todos-os-alunos-da-rede-publica-municipal/>

3 [https://www.latam.com/pt\\_br/sala-de-imprensa/imprensa/latam\\_e\\_prefeitura\\_do\\_rio\\_de\\_janeiro\\_concluem\\_com\\_sucesso\\_transporte\\_de\\_160\\_toneladas\\_de\\_insumos\\_para\\_combate\\_a\\_COVID\\_19/](https://www.latam.com/pt_br/sala-de-imprensa/imprensa/latam_e_prefeitura_do_rio_de_janeiro_concluem_com_sucesso_transporte_de_160_toneladas_de_insumos_para_combate_a_COVID_19/)

4 Dado retirado de estudo elaborado pela ex-membra do Fórum Popular do Orçamento, Amanda Martinho Resende.

5 Dado retirado do artigo do FPO para a edição de novembro do Jornal dos Economistas.

**FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO – RJ (21 2103-0121).** Para mais informações acesse [www.corecon-rj.org.br/fpo-rj](http://www.corecon-rj.org.br/fpo-rj) e [www.facebook.com/FPO.Corecon.Rj](https://www.facebook.com/FPO.Corecon.Rj)  
Coordenação: Bernardo Isídio, Bruno Lins, Camila Bockhorny, Luiz Mario Behnken e Thiago Marques. Assistentes: Juliana Medeiros, Laura Muniz e Marília Santana

## Edital de convocação para eleições

Nos termos das Resoluções 1.981, de 23/10/2017, 2.046, de 08/06/2020 e 2.051, de 03/08/2020, do Conselho Federal de Economia - Cofecon, faço saber que no dia 28/10/2020, a partir das 08 (oito) horas, até o dia 30/10/2020, às 20 horas (horário oficial de Brasília-DF), no sítio eletrônico [www.votaeconomista.org.br](http://www.votaeconomista.org.br), o qual, naquele período, poderá ser acessado no Brasil ou no exterior, serão realizadas eleições para renovação do 2º terço, composto de 03 (três) Conselheiros Efetivos e 03 (três) Suplentes, com mandato de 03(três) anos: 2021 a 2023; de 01(um) delegado-eleitor Efetivo e 01 (um) suplente, junto ao Colégio Eleitoral do Cofecon. O prazo para registro de chapas será de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia útil seguinte a esta publicação, encerrando-se às 18 horas do dia 14/09/2020. O registro será feito por meio do endereço eletrônico [www.corecon-rj.org.br](http://www.corecon-rj.org.br), cabendo à chapa, o encaminhamento dos documentos originais até o último dia do prazo de inscrição, via correios, para o endereço da sede do Corecon-RJ, localizada na Av. Rio Branco, 109 – 19º and – Centro - Rio de Janeiro-RJ - CEP: 20040-906, sendo a data de postagem elemento de comprovação da tempestividade do protocolo. Na possibilidade de atendimento presencial, a depender das condições sanitárias decorrentes da Pandemia de Covid-19, o registro poderá ser efetuado presencialmente. A votação dar-se-á mediante senha individual fornecida pelo Cofecon aos Economistas adimplentes (na hipótese de parcelamento de débitos, adimplente com as parcelas vencidas até 16/10/2020) e remidos, integrantes do Colégio Eleitoral Definitivo,

constituído até o dia 21/10/2020. O voto será exercido diretamente pelo Economista. Não haverá voto por procuração. As eleições serão realizadas exclusivamente pela internet, não sendo permitida votação por cédulas, por correios e qualquer outra forma física. Em hipótese alguma poderão ser recepcionados votos de profissionais que se dirijam à sede do Corecon. Os trabalhos de apuração serão realizados em 30/10/2020, às 20 horas, nas dependências da sede do Corecon, imediatamente após encerrado o período de votação. A Comissão Eleitoral será constituída pelos Economistas: Jorge de Oliveira Camargo (Presidente), Marcelo Pereira Fernandes, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, como titulares, e Regina Lúcia Gadioli dos Santos, como Suplente, sendo sua primeira reunião realizada no dia 16/09/2020, às 18 horas, na sede do Corecon-RJ ou virtualmente, cuja ferramenta, código de acesso e senha serão disponibilizados oportunamente. Durante a pandemia de Covid-19, o atendimento presencial ocorrerá de segunda a sexta, das 9 às 18h, podendo ser suspenso sem aviso prévio por regulamentações sanitárias.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 2020

**Flávia Vinhaes Santos**  
**Presidente**

**Publicado no DOERJ em 13.08.2020**